



SOS INCRA

Por melhores condições de trabalho, servidores paralisam atividades

Página 3

PELO CANSAÇO

Várias reuniões, mas propostas do Governo Federal que é bom...

Página 4

HOUSE OF CARDS

E o Cunha ri das nossas caras. Vamos dar o troco?

A Câmara dos Deputados aprovou na primeira semana de votação, medidas do ajuste fiscal que precariza o trabalhador

Página 2



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

O COMPROMISSO

Acesse: www.sindsepm.org.br

ANO VIII - Nº 90
Cuiabá - Junho de 2015



SEM LUTA NÃO HÁ CONQUISTA

RUMO À GREVE GERAL

Após o Dia Nacional de Paralisação, ocorrida no dia 29/05, centrais sindicais e movimentos sociais agora se mobilizam contra a volta da velha política neoliberal, o desemprego e arrocho salarial e quer avançar em uma agenda política positiva. Com um Congresso extremamente conservador, o que certamente dificultará a votação de pautas de interesse dos trabalhadores, resta nos unirmos para que os nossos direitos sejam preservados e construir uma grande greve geral.

Mário Hashimoto



Contra o Congresso conservador e o ajuste fiscal: vamos parar novamente o Brasil

O Senado aprovou no último dia 26 de maio por 30 a 32 votos o texto-base da Medida Provisória 665, que restringe o acesso aos direitos trabalhistas como seguro desemprego, abono salarial e seguro defeso. Essa é a primeira MP do ajuste fiscal que segue para sanção da presidente Dilma Rousseff. Mais duas medidas devem ser aprovadas pelo Senado, a MP 664 e MP 668.

Ajuste fiscal é um conjunto de medidas criadas pelo governo a fim de equilibrar a economia das unidades públicas e privadas, de maneira a administrar racionalmente os gastos e proporcionar um alinhamento contábil planejado, para que os investimentos sejam corretamente aplicados. Na prática, o ajuste fiscal consiste em duas ações: cortar despesas do governo e elevar a arrecadação – pelo aumento de impostos e outras receitas.

O povo é que sofre - Para tentar arrumar a casa e salvar as finanças do governo em 2015, o criticado ministro da Fazenda, Joaquim Levy, se comprometeu a corrigir as contas públicas até o fim do ano. O primeiro passo foi aumentar a meta do superávit primário de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a uma economia de R\$ 66,3 bilhões para pagamento da dívida pública. A insatisfação com tais medidas do governo já começa por aí. Enquanto a farra acontece com o dinheiro público, a população fica desassistida.

Bloqueio de milhões e cortes já começaram. Esses, por sua vez, já afetou ministérios importantes como das Cidades, Saúde e Educação. Outras medidas já estão em tramitação na Câmara e no Senado e, caso sejam aprovadas, podem afe-

tar diretamente a população. Insatisfeitos com tamanho descontrolado na economia do país e a falta de investimento nos setores públicos é que centrais sindicais, movimentos sociais e toda classe trabalhadora promoveram no último dia 29 de maio, o Dia Nacional de Paralisação, contra o ajuste fiscal e a PL 4330/04, que na visão da oposição não regulamenta a terceirização, ao contrário, precariza-a. Esses assuntos estão em discussão no Congresso Nacional.

Além disso, outras pautas polêmicas que atacam setores oprimidos da sociedade devem ser levadas a votação, entre elas: Estatuto da Família, Redução da Maioridade Penal, Criminalização do Aborto entre outras. Soma-se a isso o fato do STF, depois de 17 anos, julgar favorável a implantação das chamadas Organizações Sociais (OSs), uma forma aberta de terceirização-privatização-destruição do serviço público.

Excessos de gastos - Em meio a tantas arrecadações e riquezas naturais por que o governo federal precisa desse tal ajuste? É que no ano passado o governo gastou bem mais do que arrecadou, criou o maior rombo nas contas públicas da história. Não sobrou dinheiro nem para pagar os juros da dívida, os gastos foram grandes. Para entendermos melhor, vamos voltar na crise mundial de 2011/2012, quando a economia brasileira já tinha sido abatida. O governo até tentou desenvolver algumas ações para solucionar o caos que o país passava, mas não resolveu muito. Houve redução de taxa de

juros, tarifa de energia elétrica e desoneração fiscal, mas o país já estava em um verdadeiro colapso econômico. E o que causou isso não foi o excesso de gastos públicos, mas sim o enfraquecimento da arrecadação devido ao baixo crescimento, ou seja, se não há procura, não há demanda. De lá pra cá as coisas só foram piorando.

Novas regras - Com a aprovação do texto pelo governo, o trabalhador terá que comprovar mais tempo de trabalho. Antes era necessário 6 meses para conseguir o seguro desemprego. Agora, com a modificação, para adquirir o benefício, será necessário 12 meses de contribuição. Isso pela primeira vez, pela segunda vez, a partir de nove meses, e pela terceira vez, com seis meses de trabalho.

A mudança também ocorre para o trabalhador rural, que passa a ter regras específicas para sua atividade. Hoje a lei de seguro desemprego não diferencia trabalhadores rurais e urbanos para requerer o benefício. Se aprovada a nova regra, o trabalhador rural terá de ter trabalhado pelo menos 15 meses nos últimos 24 meses para ter direito ao benefício, além de não poder receber qualquer outro tipo de benefício assistencial durante esse intervalo de tempo.

Outra mudança que deve ocorrer também é o cálculo do fator previdenciário, uma das grandes lutas dos servidores públicos de todo o país. Na Câmara a MP recebeu também emenda que modificam as regras do benefício, com o cálculo de 85/95. Assim, uma mulher com 55 anos

que tenha contribuído durante 30 anos poderá requerer aposentadoria. Atualmente a mulher precisa ter pelo menos 60 anos de idade e o homem 65 e trabalhar 35 anos. A presidente Dilma terá até o dia 17 deste mês para se decidir sobre o veto à proposta de flexibilização do fator previdenciário. Já o auxílio-doença foi mantido. A empresa é obrigada a pagar ao empregado o salário durante os 30 primeiros dias de afastamento, o dobro do que prevê a atual legislação.

Indicativo de greve - Por unanimidade, representantes da maioria dos servidores do Executivo Federal aprovaram em plenária nacional da Condsef, indicativo de greve para a 1ª quinzena de julho. A categoria aguarda para junho um retorno formal do governo para as diversas propostas apresentadas ao longo das últimas semanas. Participaram da plenária, que também aprovou um calendário de atividades para o mês de junho, mais de 200 representantes das diversas categorias da base da Condsef, 21 entidades de 18 estados e o Distrito Federal.

Nada virá sem luta. Por isso é preciso que todos estejam preparados para a greve. Juntos, vamos levantar as reivindicações de cada setor junto com a pauta geral dos servidores federais. Pela convocação da Constituinte Exclusiva da Reforma Política!

Confira o calendário de atividades

Até 25 de junho

Rodada de assembleias nos estados para avaliar avanços nos processos de negociação com o governo

25 de junho

Dia Nacional de Luta com paralisações e manifestações nos estados

26 de junho

Reunião do CDE e reunião sobre a Cap-saúde

27 de junho

Plenária nacional da Condsef que vai deliberar greve a partir da 1ª quinzena de julho caso o governo não apresente propostas concretas e satisfatórias para os servidores

HOUSE OF CARDS

E o Cunha riu das nossas caras. Vamos dar o troco?

A Câmara dos Deputados aprovou na primeira semana de votação da proposta de reforma política três alterações à legislação atual: o fim da reeleição, restrições de acesso de pequenos partidos ao fundo partidário e permissão de doações de empresas a legendas, temas vistos por eles mesmos como "cosméticos".

Já está virando piada essa história de reforma política do Brasil. Como se não bastasse a insatisfação da sociedade civil, na última semana de maio um dos influentes jornais americano, o *The Washington Post* publicou o perfil do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), onde fez uma comparação com o personagem de série do Netflix, o ambicioso político Frank Underwood, de "House of Cards". Também, não é pra menos: o parlamentar vem ao longo dos dias decepcionando cada vez mais a sociedade com sua postura reacionária. Mal falado, Cunha é chamado pelos críticos de perigoso e sem nenhuma ideologia, ou melhor, uma ideologia de poder, a única ao qual o parlamentar se encaixa. Ele está sendo investigado na operação Lava Jato e é suspeito de pagar propina a políticos com dinheiro desviado da Petrobrás.



entre os deputados.

Cunha passou todo o dia pressionando seus aliados a mudar seus votos, (nada menos do que 71 deputados federais trocaram de voto de um dia para o outro) o que fez com que a sessão perdurasse até a madrugada e, por 330 votos

contra 141, os deputados aprovaram a inclusão na Constituição da proposta que permite doações em dinheiro de empresa para campanha política dos partidos.

Já o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) argumenta que a manobra do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para liberar o financiamento empresarial de campanha foi inócua; segundo ele, a emenda aprovada prevê que candidatos só poderão receber recursos de pessoas físicas, enquanto os partidos políticos, de pessoas físicas e jurídicas; "O que é que esqueceram? OS PARTIDOS SÃO PESSOAS JURÍDICAS! Ou seja, os partidos, com essa emenda, não poderão repassar um tostão aos candidatos, mesmo recebendo milhões das empreiteiras amigas!", diz ele. Mas, com Cunha no comando, tudo se pode esperar, até mesmo uma outra votação. A partir do próximo dia 10 de junho, o plenário retomará os trabalhos da proposta de emenda à Constituição (PEC)

Distritão - A reforma política, se aprovada, irá mudar a maneira como se elege os políticos, do vereador ao deputado federal. Entre os pontos que estão em votação estão o voto facultativo, fim da reeleição, unificação de todas as eleições num mesmo ano e também o sistema eleitoral, um dos temas mais polêmicos. O Brasil desde 1945 adota o sistema proporcional em lista aberta (o famoso distritão), ou seja, eleitor pode votar em um candidato ou em um partido, sendo que cada partido precisa de pelo menos 50 votos para conseguir uma vaga. Se a emenda não for aprovada, nova emenda sobre o financiamento será votada, e se nenhuma proposta for aprovada continuam valendo as atuais regras de financiamento de campanhas.

Deixando claro a falta de importância que dá em relação às modificações no sistema eleitoral do nosso país, durante a votação ocorrida na última semana, três parlamentares mineiros não fizeram questão de comparecer ao plenário. E o que parece difícil está ficando ainda mais complicado: a sociedade elege seus representantes e, esses por sua vez, não retribuem com gratidão aos clamores da população. Pior que isso, vazou na internet imagens de deputados assistindo vídeos pornográficos durante sessão plenária em que se discutia a PL, quando deveriam estar atentos às discussões que ali ocorriam.

O golpe de Eduardo Cunha - As forças progressistas da sociedade brasileira ainda comemoravam a derrota acachapante do financiamento privado de campanha no plenário da Câmara, na noite de terça-feira (26/05), quando o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), quebrou o acordo firmado com os líderes partidários e anunciou que recolocaria a matéria em votação na sessão do dia seguinte (27). O clima ficou tenso, pautada por confusão e discussões

Governo de MT proíbe manifestação em frente ao Paiaguás

Fotos: Mário Hashimoto



O Sindsep-MT, com apoio da CUT, diversas centrais sindicais e movimentos sociais, participou na sexta (29/05) em Cuiabá, do Dia Nacional de Paralisação, contra a Terceirização (PL4330), Medidas Provisórias 664 e 665, que mudam as regras para a concessão de benefícios previdenciários, o Ajuste Fiscal e em Defesa dos Direitos e da Democracia. O ato teve início na Praça Ulisses Guimarães, seguido de uma marcha pelo Centro Político Administrativo (CPA), onde foram impedidos pela Polícia Militar de prosseguir até a sede do governo mato-grossense (Palácio Paiaguás), fato que gerou insatisfação pelos manifestantes, principalmente pelos professores da rede estadual de ensino e da Unemat, que paralisaram as atividades desde segunda-feira (25).

Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
 Telefone: (65) 3023-9338 - email: sindsepmt@gmail.com
 Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
 E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
 Edição eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; BENEDITO MARINS DE ANDRADE - 2º SEC GERAL - MIN.SAÚDE; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 1º SEC DE FINANÇA - SRTE; LENITA DE FIGUEREDO - 2º SEC. DE FINANÇA - FUNASA; ENILDO GOMES - 1º SEC. DE ADM - FUNAI; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - 2º SEC. DE ADM. - INCRA; ZILMA APARECIDA GONÇALVES - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MIN.SAÚDE; JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD - MAPA; MARINEZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FAZENDA; LURDES FERNANDES ROSA - 2º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FUNASA; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 1º SEC. INTERIOR - SV/S/CÁCERES; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 2º SEC. INTERIOR - PRF; JOAO DAVID - 1º SEC. DE IMP. E COM. - MIN.SAÚDE; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE IMP. E COM. - FUNASA; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APÓS. E PENSION. - TRANSPORTE; ZELAIRDES RODRIGUES LEITE - 2º SEC. APÓS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - MIN.SAÚDE; JOACIRA S. RODRIGUES DE ALMEIDA - 1º SEC. ANIST. E DIMITIDOS - CONAB; JACKSON FERREIRA DA SILVA - 2º SEC. ANIST. E DIMITIDOS - INCRA; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC
SUPLENTE DE DIREÇÃO: MANOEL MARTINS - MIN.SAÚDE; JOSÉ MARIA DILVA E ARRUDA - MIN.SAÚDE; PEDRO PAULO LOPES - MIN.SAÚDE; CELSO ALFREDO SIMON - MIN.SAÚDE; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 9º BEC; NELSO FORTUNATO OJEDA - MAPA
CONSELHO FISCAL/TITULAR: VERACY TIZZIANI - MIN.SAÚDE; IDIO NEMÉZIO DE BARROS NETO - FUNASA; ILCA MARIA PINTO - CONAB
SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - MIN.SAÚDE; MOACIR MÓDULO - MIN.SAÚDE; BENEDITO MARTINS DE OLIVEIRA - MIN.SAÚDE

Fotos: Mário Hashimoto



Após ameaça do superintendente interino, trabalhadores cruzam os braços por tempo indeterminado

SOS INCRA

Por melhores condições de trabalho, servidores param

Descontentes, eles alegam dificuldades para implantar serviço de qualidade ao público

Servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-MT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), deflagraram greve por tempo indeterminado nesta segunda-feira (1º). As principais reivindicações são a falta de estrutura do prédio, manutenção do serviço de limpeza, uma vez que a empresa contratada faliu, frota de veículos sucateada, liquidação dos contratos em pendências como luz, água e telefone e a não nomeação do superintendente efetivo do órgão.

Para o presidente da Associação dos Servidores do Incra e vice-presidente do Sindsep-MT, Roosevelt Motta, o prédio em que se encontra o órgão está em ruínas. A empresa contratada para a reforma há 3 anos, pediu falência e uma nova construtora foi licitada em 2013, a Ayra Engenharia, desistiu, alegando não ter condições de reformar com os servidores atuando ao mesmo tempo. A situação está insuportável tanto que foi pedido uma vistoria do Corpo de Bombeiros e do Crea para avaliar os riscos.

Desde o início do mês de maio, servidores deixaram de fazer atendimento ao público e apenas executavam atividades internas, como foi informada, através de ofício, a presidente do Incra, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, inclusive, pedindo a presença dela para verificar *in loco* as más condições de trabalho. Já o superintendente interino do Incra-MT, Salvador Soltério Almeida, ameaçou cortar pontos dos funcionários caso o expediente não fosse normalizado. Como resposta, os servidores deliberaram pela greve por tempo indeterminado.

Além do embate com o representante do órgão, servidores exigem também a nomeação do superintendente efetivo. Salvador atua como substituto

desde a saída do ex-superintendente, Valdir Baranco, em abril do ano passado, quando candidatou-se a deputado estadual e hoje trava uma batalha jurídica junto ao TSE pois teve os votos congelados devido a impugnação do registro de candidatura em decorrência da rejeição das contas relativas à época em que foi prefeito do Município de Nova Bandeirante.

Outras greves - O presidente do Sindsep-MT, Carlos Almeida, vê um descaso e falta de respeito com o servidor que não pode dar um atendimento digno para o público, pois não tem respaldo por parte da União.

"Outros órgãos federais, como a Funasa, Funai, entre outros, estão trabalhando no limite de suas condições, e não descartam paralisar as atividades se a situação não se normalizar. "O Orçamento da União já foi votado e estamos aguardamos liberação de recurso o mais rápido possível, porque do jeito que está não tem condições de continuarmos a trabalhar", argumenta Almeida.

Localização - O Incra-MT está localizado no Centro Político Administrativo (CPA) e conta hoje com quase 400 servidores no Estado, possuindo unidades avançadas nas cidades de Cáceres, Pontes e Lacerda, Vila Bela, Diamantino, Barra do Garças, Confresa, São Félix do Araguaia, Colider e Carlina, algumas com ações de despejo por falta de pagamento do aluguel.



Roosevelt Motta, presidente da Assincra: instalações precárias do órgão levaram à paralisação geral



As imagens falam por si. O descaso do governo com o Incra-MT é gritante. É quase impossível de trabalhar nestas condições.



Docentes e servidores da UFMT paralisam atividades

Seguindo decisão tomada em assembleia realizada pela Associação dos Docentes da UFMT (Adufmat), professores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) entraram em greve por tempo indeterminado no dia 28/05. 80 professores votaram a favor da paralisação e 56 votaram um indicativo de greve. Entre as reivindicações estão o reajuste de 27% no salário dos professores, autonomia das decisões das universidades federais, reestruturação da carreira, além de serem contrários à PL 4330, que prevê a regulamentação dos profissionais terceirizados. A última greve nacional dos docentes ocorreu em 2012 e durou quatro meses.



Junto com os docentes, servidores do Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos da UFMT (Sintuf-MT) decidiram entrar em greve também nesta quinta-feira. A paralisação dos técnicos também atingirá as universidades federais de todo o país e também deve ocorrer por tempo indeterminado.

Nº Processo: 05100.004877/2014-79. Convênio CONSIG Nº 231/2015-SEGEPM/MP. Conveniente: UNIÃO, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, via Secretaria de Gestão Pública - SEGEPM/MP. Conveniada: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS MATO GROSSO, CNPJ nº 33.710.088/0001-94. Objeto: viabilizar por meio da SEGEPM/MP, Órgão Central do SIPEC, representando as Unidades Pagadoras Federais - UPAGs, vinculadas ao SIAPE, descontos de Contribuição Sindical, mediante consignação em folha de pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, por meio de autorização expressa do servidor. Fundamento Legal: Decreto nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008; Portaria Normativa MP/SRH nº 1, de 25 de fevereiro de 2010; Portaria MP/SRH nº 334, de 09 de fevereiro de 2010; Portaria MP/GAB nº 60, de 20 de março de 2008, e Portaria SEGEPM nº 52, de 14 de fevereiro de 2014. Vigência: 60 (sessenta) meses, condicionado ao recadastramento anual, contados a partir da publicação do extrato do convênio no Diário Oficial da União, vedada a prorrogação. Assina pela Conveniente: GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO - Secretário de Gestão Pública, SEGEPM/MP. Assina pela Conveniada: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA, PRESIDENTE do(a) SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS MATO GROSSO. Custo: convênio não oneroso. Brasília, 01 de Abril de 2015.

Convênio entre Segep/MP e Sindsep-MT

Agindo de forma legal, com o cadastro e as contas em dia, o Sindsep-MT teve o convênio firmado (ver fac simile acima) com a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento (Segep/MP) para descontar a Contribuição Sindical, em folha de pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, mediante autorização expressa do servidor. Como fundamento legal, o Decreto nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008 que trata do processamento dos descontos obrigatórios e facultativos de que trata o art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em relação aos servidores do Poder Executivo e às consignações em folha de pagamento no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE. O prazo de vigência é de 5 anos.

